

**RESENHA: A EPISTEMOLOGIA DA
GEOGRAFIA À LUZ DA OBRA
GEOGRAFIA E MODERNIDADE**

*REVIEW: THE EPISTEMOLOGY OF
GEOGRAPHY IN THE LIGHT OF THE WORK
GEOGRAPHY AND MODERNITY*

*RESEÑA: LA EPISTEMOLOGÍA DE LA
GEOGRAFÍA A LA LUZ DE LA OBRA
GEOGRAFÍA Y MODERNIDAD*

Luara Martins de Oliva Santos

Universidade Estadual de Montes
Claros (UNIMONTES)

E-mail: luaramartinsoliva@gmail.com

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996.

Terra Livre	São Paulo	2021 / n. 56 v. 1	ISSN: 2674-8355
-------------	-----------	-------------------	-----------------

Paulo César da Costa Gomes é professor de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutor pela Universidade de Sorbonne em Paris, França. Sua contribuição para a Geografia brasileira é vasta, publicou diversos trabalhos dentre os quais é possível destacar o livro *Geografia e Modernidade*, no qual o autor discorre sobre as principais contribuições da Geografia nos dois últimos séculos e busca associar as transformações ocorridas na ciência geográfica à proposta da modernidade. Nesse sentido, a seguinte resenha se ocupa em analisar a obra *Geografia e Modernidade* e destacar a sua importância no entendimento da epistemologia da Geografia (CNPQ, 2021).

O livro é organizado em três partes e uma das questões centrais que o autor apresenta consiste nos antagonismos que marcam a trajetória da ciência geográfica como geografia geral/geografia regional, cosmografias/corografias. Na Parte I o autor menciona as correntes de pensamento vigentes na formação do pensamento geográfico e traz o debate sobre a modernidade. Na Parte II é discutido o dualismo presente no processo de evolução da Geografia enquanto ciência (um polo epistemológico que valoriza a razão como argumentação para explicar o mundo e um segundo polo epistemológico que considera a subjetividade e utiliza a observação e o empírico como elementos de análise). Na última parte é discutido o advento dos tempos modernos e as três correntes que predominaram no pensamento geográfico: o horizonte lógico-formal, o horizonte da crítica radical e o horizonte humanista.

No início do livro são elencadas as principais características da modernidade, que conferiu um novo lugar à ciência, um novo pensar no saber científico. A ciência, nesse momento, apresentou um

caráter duplo: de um lado tem-se o domínio da razão, um saber metódico e normativo e, de outro, contracorrentes que contestavam tal domínio. Sendo a modernidade, portanto, um campo de tensões. Nessa perspectiva, há a formação de dois polos epistemológicos: no primeiro a ideia central é a universalidade da razão, advém do projeto de ciência fundado no Iluminismo, tendo a crítica como o seu princípio fundador, e no segundo polo as contracorrentes que apontavam que a razão não é matriz única na produção do saber, valorizando o particular, a subjetividade.

Os principais sistemas filosófico-epistemológicos característicos da modernidade são os de Kant, de Hegel, de Comte e de Marx e suas respectivas bases filosóficas são: o racionalismo, criticismo, empirismo, idealismo, positivismo e o materialismo histórico-dialético. Como características da modernidade pode-se elencar a valorização da razão, a sua capacidade crítica, não se considera mais a vontade dos deuses como único elemento que define os propósitos e o sentido das ações humanas no mundo, surge o ceticismo com relação a crenças antigas e o cientificismo que afirma a superioridade da ciência frente outras formas de compreensão da realidade (destacam-se estudiosos como Newton e Galileu).

No período moderno havia a busca por novos códigos de representação, mas sempre prezando pela inteligibilidade, pensando o papel mediador da razão e da lógica na representação das significações e dos conteúdos. De acordo com o autor, a modernidade começou no momento em que um novo código de valorização interveio em diversas esferas da vida social, sendo esta, uma mudança sutil e gradual que assumiu diferentes formas e apresentou uma dinâmica

espaço-temporal muito complexa para ser objeto de uma localização precisa na história.

Quando a racionalidade da modernidade passou a ser questionada, os primeiros sinais do período pós-moderno foram identificados. “Questiona-se a ciência, seus métodos, seu poder hegemônico e a refutação desse modelo é tida como uma primeira condição para a superação que conduz do moderno ao pós-moderno” (GOMES, 1996, p. 13).

As bases filosóficas identificadas na pós-modernidade são o irracionalismo, antifundacionismo e o relativismo. Nesse período o espaço-tempo é fenomenal, incerto, fundado sobre um acontecimento que possui uma essência única e sem uma ordem preestabelecida.

Como oposição ao modelo racionalista clássico surgiram contracorrentes dentre as quais é possível citar Filosofia da Natureza, Romantismo, Hermenêutica e Fenomenologia. Essas correntes da oposição tinham como premissa o uso do raciocínio para todo conhecimento válido e o tempo e o espaço eram categorias abstratas em que a ordem cronológica é substituída por uma ordem lógica. O espaço era entendido como um campo isotrópico, marcado por posições relativas, funcionais ou proporcionais.

Na modernidade a racionalidade exigia o enfrentamento objetivo do sujeito frente ao objeto, a explicitação do método científico, normas precisas para a condução do pensamento que produzem o conhecimento. O sujeito e o objeto do conhecimento são segmentados, separados. O sujeito e o objeto são opostos na relação de conhecimento. Para que se alcance a objetividade, o sujeito do conhecimento foi reprimido, não há espaço para sentimento e imaginação, o conhecimento pode ser alcançado apenas pelo uso da

razão. Na pós-modernidade, há uma aproximação entre o sujeito e o objeto, relação que permite a pluralidade de enfoques e interpretações para os fatos.

Alguns elementos dão sentido e identidade aos movimentos modernos nos diversos campos da criação social. Três elementos são recorrentes no discurso que apresenta o fato moderno: o caráter de ruptura, a imposição do novo e a pretensão de alcançar a totalidade. O moderno substitui algo do passado, alguma coisa obsoleta e nesse contexto, se o novo se impõe no lugar do tradicional ou antigo, o primeiro mecanismo dessa substituição é a ruptura. A partir da negação do tradicional, o novo se firma. Ao proceder por rupturas e ao propor algo novo, o moderno participa de um sistema global com toda uma lógica a redefinir e essa generalização que se liga à pretensão de totalidade que o novo busca impor ao tradicional.

Para Gomes (1996), a modernidade se renova tal qual um mito, sempre que a disputa entre o novo e o tradicional se constitui em um discurso sobre a realidade. Tal discurso reatualiza essa disputa, demonstra as rupturas, a superioridade do novo e impõe uma nova totalidade, tomada como definitiva e final.

A modernidade e a pós-modernidade enquanto períodos de transformação na ciência também influenciaram o pensamento geográfico ao trazerem avanços nos estudos espaciais elencando diferentes formas de análise da superfície terrestre e dos fenômenos que ali se desenvolvem, bem como reflexões acerca das relações que o homem estabelece com o meio. Nessa perspectiva, nos períodos moderno e pós-moderno a reinterpretação das tradições culminou em descobertas intelectuais que deram suporte a diversas áreas do conhecimento, inclusive a geografia.

Na segunda parte da obra, o autor aborda a Geografia Clássica e a dualidade presente nos discursos dos geógrafos desse período. A Renascença trouxe as seguintes inovações para a geografia: fez nascer a necessidade de um outro modelo cosmológico para substituir o sistema geocêntrico e, ao adotar a Antiguidade Clássica como fonte de inspiração, fez com que a geografia também baseasse seus principais modelos nesse período. Assim, a renovação da geografia se deu com a redescoberta de antigos filósofos gregos como Ptolomeu e Estrabão.

Na geografia moderna o racionalismo se apresenta como um método científico geral, objetivo e experimental em que a razão é tida como argumentação lógica sistematizada para a explicação do mundo, e a crítica é o princípio fundador. O determinismo é uma noção central para a ciência racionalista e não é definido apenas como metodologia que busca a verdade, mas também como instrumento de previsão. Antecipando os resultados, o determinismo possibilita uma ação no mundo, e nesse contexto, a ciência se torna o meio essencial de intervenção.

O autor reforça que o determinismo se organiza sob quatro princípios metodológicos: verificabilidade que é a capacidade de demonstração; generalidade ou condição de abstração; positividade, que consiste no poder de afirmar qualquer coisa provido de uma legitimidade metodológica e a objetividade para indicar que se apreende da realidade suas manifestações regulares e gerais. Na visão determinista, todo acontecimento é produto direto de causas externas que atuam sobre o meio.

Na geografia identifica-se a oposição entre o determinismo, que se atém à questão homem-meio, e outra posição teórica, o

possibilismo. Na linha de raciocínio do determinismo geográfico é destacada a influência do meio natural sobre os grupos humanos, o homem submetido às condições naturais. Já no possibilismo, é evidenciada a probabilidade de haver influências recíprocas entre o homem e o meio natural. Dessa forma, para o possibilismo, o homem age sobre o meio ambiente e ao mesmo tempo sofre sua ação, ou seja, para as ações humanas existem diversas possibilidades pois essas não obedecem a uma relação causal. Se no determinismo o homem era apenas um elemento entre tantos outros, para o possibilismo o homem exerceria o domínio sobre esses outros elementos, posto que se adapta à natureza e a transforma a fim de se beneficiar.

Segundo Gomes (1996), o objeto de estudo da geografia é a superfície da Terra e os fenômenos que nela se desenvolvem, e uma das formas de percebê-los em conexão seria através das categorias sintéticas presentes nos estudos de Vidal De La Blache, para quem a descrição era uma forma de esclarecer os fatores responsáveis por cada paisagem. Essa metodologia de Vidal De La Blache, que é voltada para as monografias regionais, foi considerada como a mais apropriada para a geografia até a década de quarenta do século XX. O objetivo maior nesse período era alcançar uma geografia universal a partir do método regional, da descrição acerca do conjunto de regiões conhecidas.

Ao longo de sua obra, Gomes (1996) cita os antagonismos que permearam a formação do pensamento geográfico: geografia geral/geografia regional, geografia física/geografia humana, cosmografias/corografias. A geografia geral ou sistemática descende da física de Newton e das ciências naturais a partir do século XVIII. É marcada por um certo empirismo racionalista, preocupando-se em

estudar o espaço em sua totalidade, modelo que, na Renascença, foi denominado cosmografia e voltou-se para questionamentos acerca da criação do mundo, a forma da Terra e temas relacionados à física do globo. A geografia regional se ancora na Filosofia da natureza, nos estudos de Herder e nas concepções de Ritter. Preza pelo estudo de eventos particulares, de regiões da Terra e anteriormente era chamada de corografia, muito inspirada no humanismo. Seguindo esse mesmo princípio de dicotomia, destacam-se ainda a abordagem física e a abordagem humana. A geografia física se aproxima mais das ciências naturais e adota um método objetivo e de generalização, já “a geografia humana não pode fugir das relativizações no que concerne à cultura; ela é então às vezes tomada na trama de uma certa subjetividade e particularismo” (GOMES, 1996, p.131).

Dentre as contribuições para a geografia no século XVIII, se destacaram os estudos de Kant, Ritter e Humboldt. Kant é considerado o primeiro pensador a constituir um discurso científico da geografia e boa parte dos geógrafos concordam que o primeiro sistema filosófico capaz de definir o papel e o valor da geografia moderna apareceu em sua obra. O autor salienta que a maioria dos historiadores da geografia aponta Humboldt como o primeiro a de fato estabelecer as novas regras do pensamento geográfico moderno. Reuniu à observação direta e à descrição detalhada a preocupação de realizar comparações e raciocínios gerais evolutivos, descrevia cada fenômeno em sua relação com os outros, e análises eram tecidas acerca de regiões pouco conhecidas sendo observado o meio físico e a sociedade local. Buscou reunir as tradições das narrativas de viagens e das cosmografias num só conjunto lógico e, nesse contexto, a geografia que propôs engloba uma reflexão sobre o homem e uma

reflexão sobre a natureza, as duas tomadas sob um mesmo patamar de compreensão. Ao lado de Humboldt, Ritter também figura como fundador da geografia moderna e científica e deu grande enfoque à questão da aplicação da matemática à geografia. Para Ritter, a geografia devia ser capaz de estabelecer associações entre os diversos tipos de ambientes e os níveis de cultura respectivos.

A renovação crítica da Geografia ocorreu nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, um período em que é gerada uma reação crítica às monografias regionais. Baseado em um novo racionalismo ressurgiu o positivismo crítico em que a filosofia e o conhecimento deviam se associar à lógica e à matemática no intuito de evitar a subjetividade e o positivismo irrestrito. A geografia do início do século era fortemente marcada por um caráter descritivo, tinha como principal foco as monografias regionais e sofreu repercussões dessas críticas e transformações de perspectivas metodológicas. Pensadores como Carl Sauer, Richard Hartshorne e Fred Schaefer apresentaram esse período de transformação em seus trabalhos e propuseram vias para a renovação da geografia. O método proposto por Sauer era fundamentado na análise da organização sistemática das formas que estão na base de toda estrutura espacial. A partir desse método Sauer acreditava que a geografia seria capaz de estabelecer um conhecimento sistemático e geral abarcando todo o leque da diversidade espacial. Sauer foi o primeiro a afirmar que a diferenciação regional constituía o objeto fundamental da geografia e que, ao escolher corretamente uma metodologia, a geografia poderia ultrapassar as suas dicotomias.

Hartshorne em seu criticismo buscou a generalização através do estabelecimento de conceitos claros e objetivos, em

especial, o de região. A partir da definição do conceito de região seria possível à geografia desenvolver um método regional baseado na análise comparativa das estruturas espaciais. Para Hartshorne a geografia deveria sempre proceder à análise racional da realidade organizando categorias gerais e tipologias funcionais explicativas. Sauer e Hartshorne reivindicavam a ideia de uma geografia geral e a necessidade de generalização e de objetivação da ciência moderna, mas, ao mesmo tempo, proclamavam a importância do singular no objeto de estudo da geografia.

Schaefer contestava a interpretação da ciência geográfica proposta, seu conteúdo e sua conduta, dirigindo sua crítica principalmente à Hartshorne. A crítica de Schaefer era contra o classicismo do pensamento geográfico, que impedia, de acordo com ele, o surgimento de uma disciplina de fato moderna, bem como considerava que a geografia, enquanto ciência, não teria produzido nenhuma teoria. A legitimidade advinda da tradição deveria ser substituída por uma identidade metodológica partilhada por todas as disciplinas. Schaefer atribuiu ainda uma importância à forma do discurso científico, entendendo a linguagem das ciências como elemento fundamental do método científico e que deveria, assim, ser clara, lógica e objetiva.

Na última parte do livro, “O advento dos tempos modernos” o autor apresenta uma renovação na Geografia e discute as principais correntes vigentes no pensamento geográfico. A visão sistêmica, a utilização de modelos e a submissão à lógica matemática adentraram nas ciências naturais e sociais a partir dos anos cinquenta e, nesse contexto, se fez a passagem de uma geografia clássica para uma geografia moderna. No século XX foi possível

identificar um elo entre a Geografia Clássica e a Geografia Moderna devido à procura por uma sistematicidade e objetividade, atingindo a análise de ciência, adotando o conceito de região, reunindo o campo de pesquisas físicas e humanas. A região tornou-se um modelo para a análise espacial, deixou de ser uma unidade territorial e passou a ser entendida como uma classe espacial que integra um sistema hierarquizado. A refutação das tradições geográficas foi um primeiro elemento de justificação e de imposição do novo. Nesse contexto, a tradição dos estudos qualitativos ou monográficos deveria, pois, ser descartada para que pudesse ser alcançada uma geografia científica e teórica, sendo valorizadas posições que se aproximavam do procedimento racionalista.

A Filosofia Analítica, outra denominação para positivismo lógico, estabeleceu-se primeiro sobre os domínios da matemática e da física, em seguida às outras disciplinas (psicologia, biologia, economia, sociologia). A origem da filosofia analítica se situa na crítica das correntes neo-hegelianas vigentes principalmente na Inglaterra no início do século XX. A noção de sistemas substituiu a noção de objeto e somente a linguagem matemática pode ser legítima como instrumento de conhecimento, pois só ela sabe restringir a sua importância aos limites impostos pela lógica. Como consequências imediatas da filosofia analítica se destacam a valorização das ciências matemáticas como o novo paradigma metodológico e a universalização dos procedimentos para a ciência e a unificação do método que se referem sempre aos princípios lógicos.

Os procedimentos metodológicos descritivos da Geografia Tradicional e o tecnicismo quantitativo da Geografia Teorética não

conseguiram explicar a nova realidade posta após a Segunda Guerra Mundial e, frente a isso, passaram a ser criticados.

As críticas à Nova Geografia (Geografia Teorética ou Geografia Quantitativa) podem ser divididas em dois grupos: o primeiro grupo girava em torno do caráter teórico-metodológico, com modelos econômicos de inspiração neoliberal que pressupunham uma conduta social centrada na busca pela satisfação máxima de suas necessidades, a partir de uma via analítica, racional e objetiva. Para o autor, a maioria desses modelos supunha ainda uma concorrência perfeita, uma difusão igualitária da informação e um espaço isomórfico. No segundo grupo encontravam-se as críticas que consideravam o domínio prático e ideológico da Nova Geografia. Essas críticas apreciavam os resultados práticos e o papel político da revolução quantitativa. Desses dois grupos de críticas sucederam duas associações que marcaram a perspectiva radical: a primeira ~~associação~~ relaciona o modelo da ciência teórica e o idealismo.

Os conceitos para serem válidos não podiam partir de ideias abstratas, deviam se referir a situações historicamente definidas, tinham que corresponder ao real. Nessa perspectiva, é evidenciada a diferença entre um procedimento que parte de uma idealização para compreender a realidade, e outro que parte da realidade material para construir conceitos explicativos. A segunda associação apresenta os métodos positivistas como procedimentos que reproduziam de forma eficaz os modelos de desigualdade social e espacial e, a ciência em sua forma dominante, como um instrumento de alienação social.

Os radicais se posicionavam contra a Geografia Tradicional e a Geografia Teorética, simultaneamente, e queriam fundar uma

nova ciência de acordo com as bases de uma nova sociedade. A revolução radical buscava uma posição científica calcada sobre um conhecimento objetivo, um saber para realizar uma transformação social e, as categorias de análise, por mais que fossem ainda abstratas e formais, partiam de situações históricas concretas e não de premissas e pressupostos ideias.

Um dos métodos de análise da Geografia Crítica Radical é o materialismo histórico-dialético de Karl Marx que valorizava um discurso político comprometido com a ciência. Marx almejava elaborar um saber objetivo e racional. Objetivo porque representa a observação do real/ histórico e racional, pois é guiado por demonstrações e deduções lógicas. O materialismo histórico e dialético foi o método que permitiu a passagem da imagem desordenada do real para uma estrutura racional, organizada em um sistema de pensamento. Dentre as características do materialismo histórico e dialético é possível destacar a definição de um novo papel político do saber e a formulação de um modelo nomotético (caráter geral) para as ciências sociais.

A obra de Reclus foi reapropriada pelos geógrafos radicais como um exemplo de ciência geográfica militante e consciente de seu papel social e, nesse contexto, diversos trabalhos abordaram a ação política desse autor. A reaparição da geopolítica se mostrava como uma reabilitação do campo original da geografia e, através dela, os geógrafos poderiam alcançar novamente a análise política do espaço.

Sob a influência do marxismo, a geografia radical propôs um novo modelo de análise espacial que pretendia, ao mesmo tempo, ser rigorosamente científico e revolucionário. Na análise marxista, o espaço deveria ser considerado como um produto social, só poderia

ser explicado recorrendo aos aspectos fundamentais que organizam a sociedade: as relações de produção e as forças produtivas que compõem o modo de produção. Uma dinâmica social está inscrita no espaço que é, simultaneamente, reproduzidor de desigualdades e a condição de sua superação, o reflexo de uma ordem e um dos meios capazes de transformar essa mesma ordem. A geografia radical muito contribuiu para a análise espacial, mas, na verdade, não chegou a recolocar o objeto da geografia dentro de uma teoria, se voltou paulatinamente para o tratamento de questões referentes à economia espacial e à geopolítica.

Para que servia a geografia era a questão fundamental da geografia crítica na França e a resposta girava em torno de dualismos: aparência e essência, ideologia e prática, geografia dos professores e dos estados-maiores. Deve-se frisar que, desde o começo, os geógrafos radicais franceses penetraram no terreno da análise política, ao contrário dos geógrafos radicais anglo-saxões que valorizaram *a priori*, a questão econômica.

A partir dos anos oitenta a influência do marxismo na geografia apresentou novos aspectos e a crítica radical tomou outras direções. Os geógrafos sentiram a necessidade de acrescentar uma verdadeira dimensão espacial à análise marxista e Henri Lefèbvre teve um papel fundamental para a constituição desta transformação, mostrando a construção social da realidade fundada sobre a dinâmica da própria espacialidade, a produção do espaço como uma dimensão essencial dessa construção.

Com o conceito de desenvolvimento espacial desigual, a região, que era um elemento associado à formação socioeconômica, voltou a ser considerada como relevante, o modelo centro-periferia,

muito utilizado, foi criticado devido ao fetiche espacial que produziu, e os grupos sociais concretos ressurgiram nas análises para substituir as abstrações muito gerais focadas nas classes sociais nos primeiros tempos.

Os geógrafos definiram o estudo do capitalismo como sendo uma análise da sociedade dentro de um espaço preciso, para, assim, encontrar um lugar para a análise geográfica. O materialismo histórico redescobriu a reflexibilidade de toda ação social e a importância de uma análise que se voltasse para o valor e o antropocentrismo da vida social. O humanismo se desvinculou do subjetivismo e do idealismo, recolocando a importância material no centro das interpretações. Deve-se evidenciar que o materialismo histórico e o humanismo partiram de uma mesma crítica, a recusa da ciência positivista.

A ausência de um programa unitário marca o trabalho dos geógrafos que se baseavam em ideias humanistas, eram utilizadas diversas referências. Assim, é difícil encontrar no humanismo uma uniformidade, no que tange o plano filosófico-metodológico, o que permite inferir que existem vários humanismos e que esses apresentam alguns pontos em comum. Os autores humanistas estão de acordo em reconhecer que a forma e o conteúdo da ciência geográfica praticada até os anos setenta são inadequadas e insuficientes. Das diferentes análises feitas acerca da crise do modelo científico surgem as diferenças de posição no humanismo. Para uns o problema se encontrava na ciência positivista-lógica, com sua estrutura ideológica e seu formalismo mecanicista. Para outros, a questão era a racionalidade, seus métodos, sua objetivação

generalizadora e a sua impossibilidade de interpretar os fatos da cultura.

No discurso humanista o uso da tradição se mostrou como uma valorização do estudo dos costumes e hábitos marcados no tempo e que sustentam a importância primordial da cultura, comumente esquecida pela ciência de caráter racionalista. Algumas características do humanismo foram retomadas pela geografia e a visão antropocêntrica do saber é uma delas. Desta concepção antropocêntrica ~~que~~ surge a subjetividade do saber, um traço marcante do humanismo. Outra característica marcante é uma posição epistemológica holística, ou seja, o todo não é a soma das partes e análise dos fenômenos apenas sob alguns aspectos não permite alcançar a totalidade fenomenológica.

Os humanistas consideravam o homem como produtor de cultura, que só podia ser interpretada a partir dos códigos dos grupos que a criaram, enquanto atribuição de valores às coisas que nos cercam. A relação entre a ciência e a arte é outra questão considerada por boa parte dos geógrafos humanistas. O que a ciência não reconhecia, devido aos limites impostos pelo método, por um meio não-racional a arte o conseguia e é, pois, considerada como o elemento de mediação entre a vida e o universo das representações. Com relação à modernidade, para os humanistas é o período que marca a libertação do homem pela descoberta dos valores morais e intelectuais.

No que diz respeito ao espaço, elemento que adquiriu grande importância a partir da geografia teórica, esse era considerado ao mesmo tempo como resultado concreto de um processo histórico e, dessa forma, possuía uma dimensão real e física, ou era tido como

uma construção simbólica que reunia sentidos e ideias. Na visão humanista, o espaço e suas propriedades, distância, fluxo, hierarquia apresentam um sentido que vai além das medidas numéricas e, assim, é sempre uma extensão carregada de significações variadas, um lugar. Nesse contexto, o geógrafo tem o papel de interpretar os valores, analogias, representações e identidades que fazem parte desse espaço. A representação espacial é, para os humanistas, mais do que uma indicação da localização dos fenômenos, ela permite resgatar a inteligibilidade que os fatos espaciais adquirem quando são apreendidos a partir de seus próprios contextos.

Outro ponto da concepção humanista da geografia é o método. No humanismo, a hermenêutica era o método eficaz, pois somente um procedimento que considerasse os contextos próprios e específicos a cada fenômeno poderia ser visto como eficiente. O método hermenêutico tem origem, em Geografia, através da interpretação de seus textos fundamentais e, assim, houve uma nova valorização dos estudos monográficos e os humanistas, bem como adeptos de outras correntes de pensamento, buscaram no passado da geografia fontes de inspiração.

O autor menciona que questionamentos surgiram acerca do caráter inovador do humanismo e que a corrente fenomenológica passou a ser vista mais como uma remodelagem da ciência objetiva, e não como uma forma de estabelecer uma base autônoma para a geografia. A fenomenologia se integra, pois, ao movimento de ruptura recorrente na modernidade, um intervalo crítico que dá indícios de uma outra renovação. Com críticas direcionadas às suas ambiguidades, a fenomenologia apresentou sinais de esgotamento e

uma outra contracorrente começou a se organizar, o pós-modernismo.

Paulo César da Costa Gomes finaliza sua obra mencionando que a epistemologia da ciência geográfica sempre esteve ligada à dualidade e que na busca pelo novo, por ultrapassar as dicotomias, a tradição era revisitada e, portanto, faz parte desse novo ciclo. *Geografia e Modernidade* é uma obra fundamental no entendimento da epistemologia da Geografia, uma vez que apresenta toda a trajetória de formação do pensamento geográfico até alcançar a modernidade e evidencia os principais estudiosos que participaram dessa construção, com suas críticas, métodos e novas formas de pensar essa ciência e o seu objeto de estudo.

Referências bibliográficas

CNPQ. **Currículo do sistema de Currículos Lattes**. Informações sobre Paulo César da Costa Gomes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8018472707325963>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

Submetido em: 30 de agosto de 2021.

Devolvido para revisão em: 13 de outubro de 2021.

Aprovado em: 21 de dezembro de 2021.

Como citar esta resenha:

MARTINS, De O. S. L. **Resenha: A epistemologia da Geografia à luz da obra Geografia e Modernidade. Terra Livre**, v. 1, n. 56, p. 727-745, Jan.-Jun./2021.